

**DECRETO Nº 5445, DE 08 DE ABRIL DE 2020**

**Estabelece medidas administrativas de racionalização, controle orçamentário e contenção de despesas, no âmbito do Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, decorrentes do Coronavírus – COVID-19 e dá outras providências.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UBERABA**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VII, da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o Decreto do Governador do Estado de Minas Gerais, n. 47.891, de 20 de março de 2020, que “Reconhece o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo Coronavírus”;

**CONSIDERANDO** que referido Decreto foi editado em “razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19)”;

**CONSIDERANDO** que o Decreto Legislativo do Senado Federal n. 6, de 20 de março de 2020, “Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem n. 93, de 18 de março de 2020”;

**CONSIDERANDO** que foi decretado Estado de Calamidade Pública no âmbito do Município de Uberaba decorrente do Coronavírus – COVID-19, conforme Decreto Municipal nº 5.443, de 06 de abril de 2020;

**CONSIDERANDO** que, segundo os relatos da Secretaria Municipal da Fazenda, em decorrência das ações emergenciais necessárias para conter a pandemia decorrente da COVID-19, as finanças públicas e as metas fiscais estabelecidas para o presente exercício podem restar gravemente comprometidas, assim como as metas de arrecadação de tributos, pela redução da atividade econômica;

**CONSIDERANDO** a necessidade de limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**CONSIDERANDO** que a economia mundial, como um todo, poderá sofrer queda de até 2% do Produto Interno Bruto – PIB em 2020, de acordo com estimativa pré-estabelecida;

**CONSIDERANDO** que não há como evitar o choque recessivo a curto prazo que deve afetar a maioria dos países do mundo, inclusive o Brasil, o Estado de Minas Gerais e, conseqüentemente o Município de Uberaba;

**CONSIDERANDO** que o orçamento do Município de Uberaba tem estreita interdependência com os orçamentos da União e do Estado de Minas Gerais;

**CONSIDERANDO** finalmente, um cenário de incerteza e inquietação, face à inequívoca tendência de decréscimo de arrecadação e elevação de despesas, com o comprometimento da efetividade na prestação de serviços públicos, em especial aqueles essenciais, inclusive no tocante ao pagamento da remuneração dos servidores municipais;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** - A movimentação financeira e o empenho de dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, referentes as despesas de custeio e investimento previstas com recursos ordinários, ficam contingenciados em **20% (vinte por cento)**, excluindo-se as despesas necessárias ao atendimento da saúde, desenvolvimento e defesa social.

**Art. 2º** - O contingenciamento deve ser gerido pela Secretaria Municipal da Fazenda e Assessoria Geral de Orçamento e Controle, acompanhado pela Controladoria Geral e em compartilhamento com os gestores dos órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta.

**Art. 3º** - Fica estabelecido que os atos de contingenciamento, alteração ou desbloqueio deverão ser submetidos ao Comitê de Gestão Eficiente e Gestão de Crise e, após exame, deliberado pelo Prefeito.

**Art. 4º** - A remuneração dos servidores ativos e inativos, da administração direta e indireta do Município, poderá, a partir do mês de abril de 2020, sofrer alteração ou suspensão parcial, conforme o comportamento da arrecadação/receita.

**Art. 5º** - Ficam suspensos, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de abril de 2020:

**I** – o trabalho em sobrejornada e o pagamento de horas-extras;

**II** – o pagamento de funções gratificadas;

**III** – o cumprimento e pagamento de aulas excedentes;

**IV** – o pagamento das gratificações dos membros integrantes das juntas, conselhos e comissões;

**V** – a suspensão de análise de novos processos administrativos referentes ao incentivo à qualificação e promoção na carreira;

**VI** - os contratos sem emissão de Ordem de Serviço;

**VII** - o pagamento das contrapartidas de convênio e contratos com terceiros, oriundos de recursos vinculados;

**VIII** – as compras para estoque regulador;

**IX** – o pagamento de estagiários, que se encontram afastados de suas atividades.

**Art. 6º** - Reduzir, em percentual a ser definido pelo Comitê de Gestão Eficiente e Gestão de Crise, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de abril de 2020, a execução dos contratos e convênios celebrados pela administração direta e indireta do Município.

**Art. 7º** - Reduzir, no percentual de 30% (trinta por cento), pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de abril de 2020, os pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços.

**Art. 8º** - Os atos e procedimentos de que trata este Decreto, serão acompanhados e monitorados pelo Comitê de Gestão Eficiente e Gestão de Crise, que deve prestar informações e apresentar propostas ao Prefeito Municipal, a quem cabe tomar as decisões e definir os casos urgentes, necessários e excepcionais.

**Art. 9º** - Prorrogar, sem o acréscimo de juros e correção monetária, mediante requerimento *on line*, pelo prazo de 90 (noventa) dias, em caráter excepcional e facultativo, o pagamento do IPTU, ISSQN, Taxas e parcelamentos aos contribuintes que comprovarem renda bruta de até 3 (três) salários mínimos, nos termos de ato normativo a ser editado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**Art. 10** - Revogados os atos em contrário, os efeitos deste decreto entram em vigor no dia 9 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Uberaba(MG), 08 de Abril de 2020.

**PAULO PIAU NOGUEIRA**  
Prefeito

**RODRIGO LUIS VIEIRA**  
Secretário de Administração e Interino de Governo

**IRACI JOSÉ DE SOUZA NETO**  
Secretário de Saúde

**PAULO EDUARDO SALGE**  
Procurador Geral

**WELLINGTON LUIZ FONTES**  
Secretário da Fazenda

**JORGE CARDOSO DE MACEDO**  
Assessor Geral de Orçamento e Controle

**CARLOS MAGNO BRACARENSE**  
Controlador Geral

---

#### DECRETO Nº 5446, DE 08 DE ABRIL DE 2020

**Altera o Decreto nº 219/2017, que “Institui o COMITÊ DE GESTÃO EFICIENTE, da Prefeitura Municipal de Uberaba” e dá outras providências**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UBERABA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso XIII, do art. 88 da Lei Orgânica do Município,

#### **D E C R E T A:**

**Art. 1º** - O Decreto nº 219, de 08 de fevereiro de 2017, que “Institui o COMITÊ DE GESTÃO EFICIENTE, da Prefeitura Municipal de Uberaba”, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Ementa: “Institui o COMITÊ DE GESTÃO EFICIENTE E GESTÃO DE CRISE, da Prefeitura Municipal de Uberaba e dá outras providências. (NR=NOVA REDAÇÃO)”**

**Art. 1º** - Fica Instituído, no âmbito da administração pública municipal, o “Comitê de Gestão Eficiente e Gestão de Crise” para examinar, redimensionar e deliberar sobre a autorização de despesas públicas no Município de Uberaba, e propor medidas administrativas e metodológicas de trabalho capazes de reduzir custos, aumentar a receita, oferecer serviços públicos de qualidade superior e buscar melhor relação prefeitura/cidadão, composto por: **(NR)** (.....)

Rodrigo Luis Vieira  
Secretário Municipal de Administração e Interino de Governo; **(NR)”**

**Art. 2º** - Revogados os atos em contrário, os efeitos deste decreto entram em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Uberaba(MG),08 de Abril de 2020.

**PAULO PIAU NOGUEIRA**  
Prefeito

**RODRIGO LUIS VIEIRA**  
Secretário Interino de Governo